

Estado, políticas públicas e o contexto pós-pandemia: breves reflexões¹

Fernanda Graziella Cardoso²

Falaremos sobre um assunto que não se restringe ao campo das Ciências Econômicas, mas também temos uma formação que nos permite fazer essa discussão um pouco mais de fronteira, até porque a discussão de economia não pode ficar restrita apenas a fatores estritamente econômicos, pois empobrece bastante a discussão. Estou muito feliz em participar de uma Semana de Políticas Públicas justamente porque vamos falar de Estado e políticas econômicas, e por um contexto específico, que é o pós-pandemia. O que será que vai ser da gente depois que essa pandemia passar? Será que insistiremos no caminho de antes ou será que vamos aproveitar esse momento para reverter essa rota?

A crise econômica intensificada pela pandemia da COVID tem colocado ainda mais em evidência justamente as fragilidades da nossa organização socioeconômica. Se já enxergávamos problemas antes dessa crise, agora eles estão mais desnudados,

1 O artigo foi transcrito a partir da fala original na XV Semana de Gestão de Políticas da USP, ocorrida de forma virtual em outubro de 2020. O texto preservou a oralidade da apresentação, apenas com pequenas adaptações. A versão original pode ser consultada na página oficial do Centro Acadêmico Herbert de Souza: https://www.youtube.com/channel/UCM2g7JGjdr-30tE5BVcw_Pw/videos

2 Doutora em Economia do Desenvolvimento (FEA/USP) e coordenadora do Bacharelado em Ciências Econômicas da UFABC.

colocados na nossa frente, e a capacidade de resposta, dos diversos governos, à crise, depende das condições institucionais e estruturais prévias. Quando uma crise acontece e você não tem possibilidade de responder, se deve possivelmente ao fato de que a sua trajetória de construção institucional não está adequada e, no caso da periferia, do Sul global, que é onde estamos falando, as fragilidades se tornaram ainda mais evidentes.

Primeiro, as desigualdades de renda, raciais e de gênero ficaram ainda mais explícitas. Muitos estudos têm mostrado os impactos diferenciados a depender do seu gênero e da sua raça. Os impactos da pandemia não são iguais sobre todo mundo. Com o padrão de inserção externa periférico dependente das cadeias globais de valor, ficamos sabendo nessa pandemia que nós não somos capazes de produzir itens muito simples de proteção, como máscaras de respiração, além de rede de proteção social e da capacidade de oferta de bens públicos em processo de desmonte. Estamos ainda sobre a vigência da PEC do Teto, que leva ainda a muitas discussões, restringindo o papel do Estado, e a capacidade de sua resposta a curto prazo. E aí vem a pergunta: como fazemos para incrementar a capacidade de resposta à estas crises? Essa é uma crise. Possivelmente outras aparecerão de natureza semelhante a essa, que coloquem inclusive em contestação a maneira como a gente se organiza e como a gente depreda o nosso meio ambiente também. Que mundo nós queremos para o pós-crise? Queremos continuar o que era antes ou queremos mudar um pouco essa trajetória? Então o meu convite para vocês é de olharmos além do horizonte. Eu vou aqui, a partir do meu viés de atuação de pesquisa, fazer uma discussão também que mira a questão do desenvolvimento.

O que é o desenvolvimento no final das contas? Diz respeito à maneira como a sociedade se organiza e como as pessoas regem suas próprias vidas. É um conceito em constante processo de construção e reconstrução. E por que isso? Porque ele responde aos anseios de um contexto histórico. Se olharmos ao longo do século XX, percebemos que o desenvolvimento é um conceito que vai absorvendo cada vez mais predicados e tornando a sua discussão cada vez mais complexa. Se por um tempo parecia suficiente a gente discutir desenvolvimento simplesmente a partir do nível de renda per capita dos países, e inclusive confundir desenvolvimento econômico com crescimento econômico, desde pelo menos meados do século XX, já não é mais suficiente fazer essa discussão. Porque o desenvolvimento envolve mudanças institucionais e estruturais impactantes. E é diferente, portanto, de fazer mais, mas da mesma maneira. É fazer mais, mas de um modo diferente do que era feito antes. Envolve uma transformação qualitativa importante. E é um tema multidisciplinar. Envolve questões sociais, políticas, culturais, ambientais e ecológicas, raciais e de gênero, além daquelas tradicionalmente colocadas na caixinha das ciências econômicas. Isso desdobra em várias questões que são muito recorrentes quando se fala nesse termo: por que algumas nações são desenvolvidas e outras não? Será que tem uma receita para atingir esse resultado esperado de desenvolvimento? O desenvolvimento seria uma ilusão, um mito? O subdesenvolvimento tem saída ou é uma armadilha intransponível? É a partir de todas essas considerações que eu delimito aqui uma das perguntas que desdobra do tema dessa mesa: qual o papel do estado e das políticas econômicas

nesse processo? E por onde que começamos? Eu tenho uma tendência inevitável, incontrolável, de sempre começar pelos clássicos. Eu sempre convido todos a fazerem essa viagem pela história das ideias porque os clássicos ainda têm muito a nos ensinar.

E eu vou começar com Keynes. E ainda vou fazer alguns comentários que antecedem a “Teoria Geral” de Keynes, que estão no “Fim do laissez-faire” e nas “Possibilidades econômicas para os nossos netos”. Quero convidar vocês para fazer essa viagem. Primeiro eu vou alçar vocês para uma perspectiva de futuro para começarmos a destrinchar um pouco mais o que eu acho que dá para a gente fazer. Especialmente da perspectiva do Estado e no contexto do pós-pandemia para construirmos um futuro diferente deste caminho que estamos trilhando. Para começar, gosto de uma citação do Keynes em que ele falará e fará uma crítica direta ao laissez-faire na perspectiva do liberalismo econômico. Vai criticar alguns problemas, especialmente em relação ao momento que escreve, que é o final da década de 20 no século XX, que ele enxerga um momento profícuo para a construção desse debate. Diz Keynes “A disposição para discussão com respeito às questões públicas que por conveniência denominamos individualismo e laissez-faire, originou-se por muitas fontes de pensamentos e de diferentes impulsos dos sentimentos. Durante mais de cem anos os nossos filósofos nos governaram porque por um milagre quase todos concordavam ou pareciam concordar sobre essa questão. Ainda hoje não deixamos de dançar sob a mesma música, mas paira no ar uma transformação (...).” Naquele momento Keynes enxerga uma brecha para a

uma contestação destes consensos. E a qual ele está se referindo? Ao consenso do laissez-faire, ao consenso do liberalismo econômico, a partir do qual deduzia-se que não era necessário fazer nenhum tipo de intervenção na dinâmica socioeconômica, porque se cada indivíduo buscasse seus próprios interesses o resultado geral seria o de bem estar social, de modo que qualquer interferência externa nessa dinâmica geraria ineficiências sociais. Portanto, qual era o papel do Estado nesse processo? Praticamente nenhum, porque se o Estado atuasse de forma indevida, desviaria o resultado do bem-estar social.

Eu gosto muito de uma metáfora que o Keynes usa nesse texto de 1926 que é a metáfora da girafa: “se nós levarmos a sério bem-estar das girafas, não devemos menosprezar o sofrimento daquelas de pescoço mais curto que morrem de fome... ou o mau olhar daquelas de cobiça agressiva que anuvia os semblantes suaves da multidão”. O que se evidencia através dessa metáfora? Ele diz que as girafas não são iguais, algumas têm pescoços mais curtos e outras pescoços mais compridos, que sempre vão alcançar as árvores mais altas. E as que estão ali mais baixinhas vão acabar morrendo de fome porque não vão acessar as mesmas coisas. Qual o resultado daquilo? As girafas de pescoço mais curto vão morrer e as de pescoço mais compridos vão ficar cada vez mais superalimentadas. Então, tem um problema distributivo colocado aqui, que se gente deixar as girafas, cada uma delas ir atrás dos seus próprios interesses, não sabemos qual será o resultado final nesse contexto. Essa questão que o Keynes está colocando em evidência, a ideia que vai decorrer a partir daqui, é de identificar um papel importante para o Estado nesse processo. Logo, segundo Keynes, a origem dos males

econômicos reside no risco, na incerteza e na ignorância. Como resultados o que nós observamos? Grandes desigualdades de riqueza, desemprego e redução da eficiência e da produção.

Para Keynes, a origem desses males reside fora das atividades dos indivíduos. Imagina se você fosse uma girafa de pescoço comprido, você estaria preocupado com as de pescoço curto? Provavelmente não, porque se você tem uma situação privilegiada, qual seu incentivo para mudar individualmente essa situação? Na ciência do Keynes, a atuação do Estado, por meio de políticas econômicas, que é o assunto dessa mesa de hoje, seria importante para manter estável a demanda agregada, e com isso garantir melhores níveis de emprego, uma melhoria da eficiência da produção e, com isso, combater as desigualdades de riqueza.

Eu coloco o primeiro alerta: notem que Keynes está discutindo a partir da perspectiva de economias capitalistas avançadas. Quando trouxermos essa discussão para o contexto de países como Brasil, que são países ainda subdesenvolvidos, essa discussão ganha outros contornos. Com essa identificação, Keynes vai definir o que é agenda e o que é não agenda de governo, nesse mesmo texto de 1926. Como é que se define agenda? O que o governo deve ou não fazer? Keynes define isso de uma forma muito simples. Para o governo, o mais importante não é fazer coisas que os indivíduos já estão fazendo, de uma forma um pouco melhor ou um pouco pior, mas fazer as coisas que atualmente deixam de ser feitas. O que Keynes diz é tem espaço para os governos atuarem na dinâmica socioeconômica. No entanto,

a atuação dos governos depende do contexto, não existe uma receita de aplicação universal, uma mistura exata de setor privado com governo para chegar em uma fórmula infalível.

Andando um pouco mais para frente, em 1930, já no contexto da grande depressão, Keynes vai escrever outro texto chamado "As possibilidades econômicas dos nossos netos", que também abre um flanco importante para a contestação de contextos pré-estabelecidos. Diz Keynes: "(...) estamos sofrendo hoje de um violento ataque de pessimismo econômico, tornou-se comum ouvir as pessoas dizerem que terminou o período de enorme progresso econômico que caracteriza o século XIX. Que a rápida melhoria do padrão de vida vai se tornar mais lenta, pelo menos na Grã-Bretanha, que na década que temos pela frente será mais provável um declínio da prosperidade do que um progresso (...)". É dessa forma quase catastrófica que ele inicia a discussão. E qual a impressão de Keynes a respeito daquele contexto? Que a depressão mundial estaria cegando o que está acontecendo sobre a superfície. O autor faz uma série de previsões para os próximos cem anos, ou seja, para o ano de 2030. Ele dirá que o problema econômico, ou a luta pela subsistência, sempre foi o problema fundamental. Desse modo, diz ele, se o problema econômico for resolvido, a humanidade ficará privada de seu objetivo tradicional, e complementa com outra pergunta: "Será isso um benefício? Ocorrerá um colapso nervoso geral porque as pessoas ficaram desprovidas de seu principal objetivo?"

Segundo Keynes, quando o problema econômico for resolvido, pela primeira vez a humanidade enfrentará o seu problema real e permanente. Que problema real e permanente é esse? Como ocupar o lazer, ou seja, seu tempo livre, para viver

bem, sábia e agradavelmente, ou seja, como realizar a arte do bem viver? Inclusive ele faz uma projeção: em cem anos, em média, as pessoas vão trabalhar quinze horas por semana. Hoje a gente trabalha em média quinze horas por dia, quem sabe daqui dez anos não chegamos na utopia keynesiana. Mas brincadeiras à parte, o que Keynes prospecta aqui é que no futuro haverá uma mudança de mentalidade, e diz o seguinte: "quando a acumulação da riqueza não tiver mais uma grande importância social, haverá grandes alterações no código de moralidade. Nós seremos capazes de nos desfazer de muitos dos princípios, que nos oprimiram durante 200 anos, através dos quais elevamos algumas das qualidades humanas mais repugnantes à posição das mais altas virtudes. Seremos capazes de nos permitir avaliar em seu real valor o motivo econômico. O amor ao dinheiro como uma posse será conhecido pelo que é. E Keynes sempre carrega nas palavras, "uma morbidade um pouco fastidiosa, uma dessas tendências semi criminosas e semi patológicas". Ele sugere que quando a questão econômica estiver suficientemente resolvida, as pessoas vão se dar conta de que elas estavam valorizando coisas erradas. E vão se voltar para a arte do bem viver, para a vida comunitária, para a convivência com a sua família, para de fato desfrutarem suas vidas. O trabalho será apenas uma parte da vida das pessoas, e não a principal delas. Que bonita a utopia keynesiana, eu gostaria de chegar nesse mundo do Keynes em dez anos. Fica a pergunta: o que fazemos enquanto a gente não chega lá?

Se o mundo não está próximo desta utopia keynesiana, e o Sul Global? Parece estar ainda mais longe dessa utopia porque não resolvemos ainda problemas econômicos muito básicos. Nesse

quadro de quase desespero que eu desenhei para vocês, especialmente na periferia do Sul Global, agora vou fazer mais uma viagem no tempo para olhar o que a história das ideias nos traz de inspiração para pensar o contexto específico da periferia.

O contexto do pós Segunda Guerra foi outro momento profícuo para o debate de ideias. Diz o professor Fiori que ali teria chagado uma quase geocultura do desenvolvimento. É como se tivesse chegado o momento da auto determinação dos povos, em que todo mundo se alçaria à condição de desenvolvimento e é nesse contexto que se origina o desenvolvimentismo clássico. É um contexto em que se apresenta uma rejeição às políticas do tipo *laissez-faire*, aquelas mesmo que Keynes havia criticado no fim do *laissez-faire*. Abro esse espaço portanto para diversas teorias econômicas de cunho intervencionista, especialmente de viés keynesiano. No centro, ou seja, na ala Norte do mundo, se consolidam bases para a construção do Estado de Bem-Estar Social. Já na periferia, que tinha problemas que antecederiam aqueles dos países centrais, abre-se a possibilidade de um novo caminho dado pela perspectiva desenvolvimentista. É nesse contexto que se coloca a necessidade de pensar políticas específicas para o enfrentamento dos problemas dos países do sul global ou da periferia capitalista. Eu gosto muito de uma frase do Prebisch, em um texto dele de 1964: "a tarefa de corrigir um atraso econômico não pode ser comparada ao problema da recuperação econômica europeia nem mesmo depois de uma guerra destrutiva". O que Prebisch está dizendo aqui? Ora, a profundidade e a complexidade dos problemas enfrentados por aqueles contextos dos países subdesenvolvidos, é muito mais difícil de lidar

do que simplesmente uma recuperação. Porque há que se construir algo que ainda não foi construído, os problemas são mais profundos e estruturais. Isso exige uma atuação, pegando lá o gancho do Keynes, uma atuação estatal muito mais orgânica e importante do que simplesmente o nível de demanda agregada. E aí outro autor extremamente importante é o Celso Furtado. Ele vai deixar muito evidente que o subdesenvolvimento não é uma etapa que antecede o desenvolvimento. Existe aqui uma teorização própria, e é isso que esses autores estão se esforçando em fazer e aqui destaco especificamente a perspectiva latino-americana.

Na perspectiva desenvolvimentista, o caminho do desenvolvimento das nações atrasadas seria a industrialização, ou seja, por meio da diversificação e complexificação da matriz produtiva dessas economias. O que se esperava é que a diversificação também transformasse a maneira como essas economias participavam do jogo internacional, ou seja, requalificar o seu padrão de inserção externa. Estes autores identificavam no comércio externo nacional uma forma de armadilha, de aprisionamento dessas nações na sua condição inicial de subdesenvolvimento por conta da especialização produtiva em bens de baixo valor agregado. A estratégia desenvolvimentista necessariamente passa pela necessidade de industrialização. E para que a industrialização fosse possível nesses contextos inicialmente atrasados o papel do Estado se coloca como fundamental para planejar esse plano nacional de desenvolvimento e, muitas vezes, a depender do contexto da necessidade, atuar diretamente investindo nessas economias. Em que lugar você vai conseguir desenvolver uma indústria se você não tem uma infraestrutura básica

colocada? E quem individualmente, como capitalista individual, vai querer mobilizar tanto capital em infraestrutura básica? O Estado tem um papel fundamental nesse processo, seja para empurrar esse carro e fazê-lo começar a andar, seja para eventualmente dirigir esse carro por um tempo.

Aí vem a pergunta que os estruturalistas fazem: a industrialização daria conta de todos os problemas? Seria ela suficiente? Aí vem a questão distributiva: como os estruturalistas nos ensinaram, a robusta dinâmica do sistema está diretamente relacionada à sua capacidade de redistribuição, ou seja, não bastava resolver processo ou as formas de acumulação de excedente, era também necessário mexer na maneira como esse excedente era distribuído pela sociedade. Ou seja, além das transformações relacionadas à matriz produtiva, eram também necessárias transformações sociais relacionadas à forma como se distribuía essa riqueza que estava sendo gerada. As duas combinadas levariam possivelmente a um quadro de desenvolvimento no futuro.

Além das questões sociais à que estou me referindo e colocando mais cores na questão distributiva, outras questões envolvem todo esse processo. O Celso Furtado é um autor que traz toda essa riqueza em sua obra, que são questões políticas, questões ecológicas e também culturais. Tudo isso imbricado, interligado, na perspectiva estruturalista, nos convida a fazer essa salada de variáveis que levam à conformação do que Celso Furtado vai definir como a "teoria do subdesenvolvimento". São muitas variáveis concorrendo ao mesmo tempo. Será que se apontarmos somente para uma delas resolveremos esse problema? Che-

gando ao século XXI e pensando no nosso contexto pós-pandemia eu elenco aqui o que eu penso ser os principais três desafios que se apresentam.

Primeiro, o da sustentabilidade ambiental, que coloca em xeque as velhas estratégias de desenvolvimento dos tradicionais modos de vida. Depois, o fortalecimento da democracia, ameaçada pelo clima de desesperança e intensificado pelo contexto de crise. Por último, a busca pela equidade. Mesmo antes da pandemia, estamos observando uma desigualdade crescente e recrudescida pelas suas interseccionalidades, ou seja, as desigualdades que se interseccionam relacionadas à etnia, à raça, à gênero e identitária. E na periferia os desafios são maiores. Como fazemos para garantir e fortalecer a democracia em regiões com memória e tendência marcadamente autoritárias. Como fazemos para enfrentar as desigualdades historicamente estabelecidas? E aí a gente chega, e eu quero trazer essa discussão um pouco mais para o Brasil nos últimos cinco ou seis anos, talvez dez anos. Estamos retrocedendo no nosso potencial de geração de excedente, tendo em vista o processo de reprimarização da nossa pauta exportadora e de desindustrialização precoce, frente aos quais parece que estamos buscando soluções antiquadas.

Por que estou fazendo essa provocação? Porque é da estrutura produtiva, segundo nos ensinaram os desenvolvimentistas clássicos, especialmente os estruturalistas, que se derivam e se multiplicam os impulsos dinâmicos, que são efeitos multiplicadores da renda e do emprego. O comércio externo figura aqui como um dos canais essenciais que condicionam e são condicionados por essa estrutura produtiva. A especialização comercial

vai impactar as demais atividades econômicas de um país, como o emprego e a renda. Então a gente pensa a matriz produtiva como uma grande rede interligada. E a maneira como esta matriz se comporta no comércio internacional decorre dessa rede. E a depender da especialização dessa economia no comércio internacional, ela também impacta a maneira como essa rede é organizada internamente, ou seja, está tudo interligado. Eu gosto bastante da ideia, que também procede do Keynes, que o sistema econômico é um todo orgânico complexo. Então está tudo interligado, conectado. E por outro lado não implica que o crescimento e o desenvolvimento sejam necessariamente carregados pelo setor externo. Mas, por outro lado, a inserção, e aqui eu reproduzo palavras de um texto que escrevi com a professora Cristina em 2019, "a inserção externa, os fluxos nacionais de bens, serviços e capitais, marcam a trajetória de desenvolvimento do país e suas consequentes desigualdades, formatando e condicionando as suas estruturas e instituições".

O contexto do Consenso de Washington do qual resultou o novo consenso macroeconômico de juros altos, superavit primário e câmbio valorizado, se configurou, como bem diz Ha-Joon Chang, um chute da escada. O Brasil é um caso de desindustrialização precoce, aquele que ocorre antes da estrutura produtiva do país alcançar uma maturidade suficiente para transitar como uma economia de serviços avançados. A participação da indústria no PIB em 2018 foi a mais baixa nos últimos 60 anos. Por enquanto não há nenhuma perspectiva de melhora. Dados recentes que foram divulgados ano passado foram mais desesperadores ainda com relação ao desempenho da indústria. Esta-

mos à espera de um milagre. Desde o impeachment da presidenta Dilma em 2016, a modificação da direção da política externa brasileira também vem agravando a nossa vulnerabilidade externa, intensificando a tendência de manutenção do padrão de inserção externa periférico.

E agora para começar a caminhar para uma perspectiva mais positiva, eu coloco uma pergunta pra vocês. Para que serve a ciência? Para que serve a economia? Para que serve a Gestão de Políticas Públicas? Por que vocês pensaram uma semana para colocar as pessoas para refletir e pensar? E aí eu empresto palavras para a professora Mariana Mazzucatto, de uma entrevista que ela concedeu em 2020, já no contexto da pandemia. Ela diz que “as medidas de austeridade impostas após a crise de 2008 foram o oposto do investimento necessário para aumentar a capacidade de resposta do setor produtivo, e prepará-lo para o próximo choque do sistema”. Ela continua, “esta crise e a recuperação de que precisamos nos dão a oportunidade de entender e explorar como fazer o capitalismo de maneira diferente. Isso requer repensar para que os governos servem ao invés de simplesmente consertar as falhas de mercado quando elas surgirem. Os governos devem avançar para criar ativamente mercados para enfrentar os desafios mais prementes na nossa sociedade”. Precisamos de uma agenda de desenvolvimento, não adianta novamente ficarmos nos debatendo em políticas de curtíssimo prazo ou de curto prazo, temos que mirar no futuro, temos que mirar o longo prazo. Se a gente não passar a mirar o longo prazo ficaremos nos debatendo sempre presos a essa condição de problemas de curto prazo.

Trago novamente Celso Furtado. Quando um consenso se impõe à uma sociedade é porque ela atravessa uma era pouco criativa. E romper com consensos significa para nós, periferia subdesenvolvida, nos mantermos presos à essa armadilha do subdesenvolvimento. Aí é o convite que faço: sejamos ousados, ousemos nas nossas discussões, nas nossas reflexões, nas agendas de desenvolvimento e nas políticas econômicas que viabilizarão a implementação dessa agenda.

Chegando ao final da minha fala, qual a direção que eu queria que a gente tomasse: primeiro, para viabilizar uma agenda de desenvolvimento a gente precisa de um Estado forte, e não enfraquecido e sucateado. Também precisamos apostar na reindustrialização, mas veja, essa à qual me refiro não é um velho industrialismo do século XX, é uma outra forma. Quando usamos o termo reindustrialização no contexto que estamos, estamos dizendo olha, a gente precisa se preocupar com a complexificação e a diversificação da nossa matriz produtiva na direção de produtos nacionais com maior valor agregado. Isso pode envolver muitas coisas. E principalmente o enfrentamento das desigualdades como um todo. A gente não pode, novamente, esperar o bolo crescer para depois dividir, para usar uma metáfora conhecida. As desigualdades, o enfrentamento delas deve ser o motor para esse processo, que vai permitir a robustez dinâmica para que esse processo continue. Isso vai passar então pela construção de uma matriz produtiva diversificada, complexa, sustentável e inclusiva, que permita o melhor aproveitamento do potencial do mercado interno e que leve a um padrão de inserção externa mais virtuoso do que temos hoje.

Precisamos também da construção das bases de um Estado de Bem-Estar Social. Para isso precisamos implementar o Estado de Bem-Estar Social que estava previsto na Constituição de 1988, que contemple ações políticas permanentes de proteção social e oferta adequada de bens públicos como saúde e educação de qualidade. E por fim, e não menos importante, priorizar o investimento em educação, pesquisa, ciência e tecnologia para a construção de um caminho sustentável e soberano de desenvolvimento. Um pouco pretenciosa a minha agenda, mas é essa que temos que mirar, pelo menos uma parte dela.

E aqui termino trazendo o Celso Furtado novamente, pois boa parte da inspiração de pensar o desenvolvimento do Brasil deve inevitavelmente a ele. E aqui quero trazer o Furtado, na verdade, com uma voz de esperança. Eu desenhei um quadro bastante difícil, complexo, parecendo até que a gente tem uma armadilha intransponível, mas na verdade, para convidar todos e todas, principalmente os jovens, a lutar essa boa luta: precisamos repensar constantemente a maneira como nós encaramos esse mundo e nos mobilizar para atuar sobre ele. Não podemos ficar esperando a banda passar, temos que pegar o instrumento e participar, esse é o ponto. A responsabilidade dos pensadores e pensadoras, por isso, é bastante grande. A gente não pode se furtar a fazer isso, temos uma missão, e para isso Furtado diz que são importantes dois ingredientes: primeiro, a imaginação e a criatividade. E segundo, a coragem para se arriscar na busca do incerto. O que ele está querendo dizer com isso? Cuidado com os consensos de pensamento, que podem não ser adequados para o que você precisa resolver. E o que queremos? Eu quero realizar

a utopia keynesiana. Eu também quero realizar o sonho furtadiano, que é uma sociedade justa e um país verdadeiramente desenvolvido. E como imaginamos esse país, esse sonho furtadiano? As pessoas donas de seus próprios destinos, não porque elas são obrigadas a correr atrás de seus próprios interesses, mas porque as condições socioeconômicas permitem que elas assim o façam. E para construir essas condições socioeconômicas, não vai ser de forma espontânea. Precisamos trabalhar coletivamente para construir esse novo ambiente, e aqui fecho com uma citação de Furtado como não poderia deixar de ser: é a partir do conceito de desenvolvimento que se pode afirmar que o homem e a mulher são um elemento de transformação, agindo tanto sobre o contexto social ecológico quanto sobre si mesmo. Somente uma sociedade aberta, democrática e pluralista é apta para um verdadeiro desenvolvimento social.